



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

1. ABERTURA

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e nove minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Snack-Bar O Gil – Pedido de licença especial de ruído - Ratificar
- 1.2. Educação - Aquisição de cadernos de atividades para os alunos do ensino básico do Concelho – Ratificar
- 1.3. GAL Pinhais do Zêzere - Pacto para o Desenvolvimento Local 2030 – Declaração de subscrição - Ratificar
- 1.4. Município de São Brás de Alportel – Passeio de viaturas 4x4 “O Caminho mais Longo” – Pedido de parecer
- 1.5. Estabelecimento de restauração e bebidas sito no Poço Corga – Acordo de revogação e adenda contratual
- 1.6. ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – Acordo de Parceria
- 1.7. Prazilândia Turismo e Ambiente, E.M. - Caminhada ao longo da Ribeira de Pera – Pedido de colaboração
- 1.8. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Passeio cultural de final de ano – Pedido de cedência de transporte

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Alteração ao Orçamento de 2019

3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo

- 3.1. Pedido de parecer para constituição de compropriedade

4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

- 4.1. Condicionamento de trânsito em diversas vias
- 4.2. Empreitada de “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017”



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

- 4.3. Empreitada “Medidas emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – 2ª fase” – Proposta de adjudicação e minuta do contrato

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a Ata n.º 7/2019, respeitante à reunião ordinária ocorrida no dia 15 de abril. Não tendo sido apresentadas sugestões de alteração do conteúdo da mesma, procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi também presente a Ata n.º 8/2019, respeitante à reunião ordinária do dia 26 de abril, relativamente à qual foram apresentadas pelos Srs. Vereadores do PS algumas sugestões de alteração ao seu conteúdo, tendo-se decidido pela audição do excerto da gravação em causa, o que ocorreu. Foi a ata então aprovada, por unanimidade, com a inclusão das alterações solicitadas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

A Sra. Presidente iniciou a sua intervenção propondo um Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Conceição Lopo, mãe do trabalhador do mapa de pessoal deste Município, Filipe Lopo, e outro pelo falecimento da Sra. Melina Domingues, Vereadora da Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Prosseguindo, a Sra. Presidente prestou as seguintes informações:

- Em 19/06//2019 veio o grupo parlamentar do PCP, através de e-mail, trazer ao conhecimento do Município que havia formulado pergunta ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética sobre a poluição no Vale do Rio Zêzere a montante da albufeira da Barragem do Cabril, da qual já obteve resposta.
- Através da e-mail de 19/06/2019 a CIMRL reencaminhou ao Município informação relativa à aprovação do projeto SUDOE MONTCLIMA pelo programa Interreg, no qual aquela entidade integra a parceria.
- Através de e-mail de 28/06/2019, veio a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral remeter cópia da deliberação tomada pela respetiva Assembleia de Freguesia em sessão ordinária de 13/06/2019 relativamente à transferência de competências dos municípios para as freguesias em 2019. De acordo com o referido documento foi deliberado o seguinte: “Não aceitar a transferência de competências para os órgãos da freguesia decorrente do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por considerar que a Junta de Freguesia não se encontra estruturalmente preparada para o efeito devido, essencialmente, à sua reduzida dimensão, à inexistência de uma cobertura humana e técnica devidamente qualificada, aliada ao diminuto *know-how* no âmbito das competências a transferir, lacunas estas que, por ora e sem um conhecimento mais aprofundado das matérias e uma adequada preparação facto-organizacional, poderão não ser



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

inteiramente colmatadas com os recursos a disponibilizar pelo Município conforme legalmente previsto, com eventuais constrangimentos para a satisfação integral do interesse público subjacente ao exercício das mesmas.”

- No dia 03/07/2019, o Município fez-se representar, através da Presidente da Câmara, na sessão de apresentação pública da 6ª edição do PEPAL, que decorreu no Bombarral e na qual marcou também presença o Secretário de Estado das Autarquias Locais.
- Ainda no que concerne ao PEPAL, informa-se que o Município apresentou pré-candidatura a esta 6ª edição para dois licenciados.
- No dia 09/07/2019, teve lugar uma reunião da Direção da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, na qual foram apreciados e votados o Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2018, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para o ano em curso.
- Desde o dia 07 do corrente mês de julho até ao próximo dia 14 está presente no concelho o Grupo PROJETAR, oriundo da zona de Lisboa, a desenvolver ações de voluntariado, nomeadamente, junto das instituições locais.

De seguida, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:

- Proc.º 1207/2019 – José Alberto Gomes Neves – Alteração de Moradia – Souto Fundeiro – Em 28 de junho de 2019 foi proferido o Despacho n.º 30/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura.
- Proc.º 5215/2019 – Petrobeira, Lda. – Ampliação/alteração de Edifício – Pedido de licenciamento pelo período de 12 meses - Em 1 de julho de 2019 foi proferido o Despacho n.º 31/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de licenciamento pelo período de 12 meses.
- Proc.º 2271/2019 – Raquel Henriques Gama – Alteração/ampliação de Moradia – Pedido de aprovação de projeto de arquitetura – Em 5 de julho de 2019 foi proferido o Despacho n.º 32/SPOPU/2019 que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura.

Findas as informações supra indicadas, a Sra. Presidente prestou ainda esclarecimentos relativamente a uma questão levantada anteriormente sobre a deslocalização de marcos aquando da execução da medida 8.1.4, garantindo que já foi solicitada a fiscalização e o levantamento daquela e de outras situações idênticas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Antunes para, a propósito da informação elencada pela Sra. Presidente sobre o e-mail do grupo parlamentar do PCP acerca da poluição no Vale do Rio Zêzere a montante da albufeira da Barragem do Cabril, alertar que aquela já teria sido uma sugestão apresentada na penúltima reunião da Assembleia Municipal pela bancada do PS, questionando o que fez o Município desde essa reunião para perceber a real perigosidade da situação.

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para sugerir que, à semelhança do que já ocorre noutros Municípios, as reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal possam ser acompanhadas em tempo real/em direto, mediante o recurso a plataformas sociais (como por exemplo o *Facebook*), sugestão esta destinada a incrementar a aproximação entre munícipes e eleitos, tendo a Sra. Presidente respondido que seria aferida essa possibilidade e, havendo, nomeadamente, condições técnicas, poderá vir a ser implementada.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sugeriu que se construa uma solução de horário mais flexível para determinados trabalhadores desta Câmara, nomeadamente aqueles que, por força do exercício das suas funções, tenham que laborar na rua em dias de calor extremo.

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que essa já tem vindo a ser uma solução adotada em anos anteriores.

Ainda no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes contestou a posição do Executivo, na passada Assembleia Municipal, relativamente à falta de envio de documentação aos Srs. Vereadores do PS, acrescentando também que as informações prestadas não teriam sido rigorosas, isto em relação ao montante pago à empresa que auxiliou na elaboração das candidaturas, bem como na duração do contrato com aquela empresa.

Quanto a esta última questão, a Sra. Presidente assumiu que terá incorrido em imprecisões, isto porque se terá confundido com outra contratação existente, esclarecendo que o valor rondaria os 1600 euros e o contrato teria tido uma duração efetiva de 8 meses.

Prosseguindo, agora acerca da questão do mercado municipal, suscitada pelo Sr. Vereador António Antunes, a Sra. Presidente esclareceu que aquela possibilidade de deslocalização está ainda a ser alvo de estudos, isto é, ainda não existe um destino concertado a dar à questão, pelo que não havia um projeto a ser presente ao programa BEM (Beneficiação de Equipamentos Municipais), programa este que se caracterizou por um curto prazo para a apresentação de candidaturas.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes disse que a possibilidade de deslocalização deve ser alvo de um estudo criterioso, desde logo porque as atuais infraestruturas também carecerão de reformulações *à posteriori*, para que seja dado ao local uma nova imagem/valência.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez alusão às cerimónias ocorridas no Dia do Concelho, 4 de julho, e, ressaltando a subjetividade inerente à opinião, referiu que do seu ponto de vista o discurso proferido pela Sra. Presidente não espelhava uma visão estratégica para o futuro, pelo contrário, centrou-se no passado e assemelhou-se a um discurso dirigido a interlocutores específicos. Considera que um discurso virado para o passado é preocupante, aliás já o transmitiu de diversas formas nos mais diversos contextos, acrescentando que *“o que a nossa terra precisa é de uma visão de futuro, estratégica, bem definida, criteriosa para que, de facto, se consiga assistir a um desenvolvimento sustentável e sustentado da nossa comunidade”*.

Prosseguindo, referiu que num discurso *“o ataque pessoal é normalmente um instrumento que se usa quando não se tem condições de fazer mais”* salientando que, na sua opinião, a Sra. Presidente tem condições de fazer mais, de fazer diferente e, como tal, deixa o apelo para que todo o Executivo priorize a sua ação e o seu pensamento no futuro em vez de estar *“sistematicamente à procura de desculpas e de bodes expiatórios no passado para, de alguma forma, sanar e subverter aquilo que é um verdadeiro estado de deriva e de inércia que é preocupante”*.

Continuando, mencionou que a Sra. Presidente, em reunião anterior, informou que a contratação do engenheiro florestal estava em fase final, que estavam a decorrer os prazos legais, questionando o que falta para efetivar essa contratação. De seguida, indicou que, nessa mesma reunião a Sra. Presidente também informou que o Plano Municipal de Defesa Floresta contra Incêndios estaria concluído até final de junho, questionando se efetivamente já está concluído e aprovado.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes recordando que há cerca de um mês, os Vereadores do PS solicitaram os procedimentos lançados para melhoria das vias, questionando o que era necessário para ter acesso aos mesmos. Nesta senda, recordou que na passada reunião, de 28 de julho, os Vereadores do PS expuseram algumas situações que estão a acontecer na estrada entre o Torgal e Além da Ribeira, questionando o que foi feito pelo Executivo relativamente a essas situações.

No mesmo âmbito, questionou qual o critério que levou à escolha de melhoria de algumas estradas que estão a ser pavimentadas, em detrimento de outras.

Por último, deixou uma nota relativamente à limpeza das vias, sendo certo que algumas aldeias já estão limpas, questionou quando lançaram o procedimento para a limpeza dessas vias.

Concluindo, referiu que *“há meses”* que têm vindo a alertar para a falta de limpeza em determinadas zonas da vila, nomeadamente nas Avenidas Verdes e na Urbanização das Piscinas, zonas que *“se encontram em péssimo estado”*, a necessitar de uma intervenção profunda e deveriam ter uma manutenção periódica.

00:32:00



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

A Sra. Presidente usou da palavra começando por informar que o Município recebeu um parecer relativamente à poluição no Vale do Rio Zêzere a montante da albufeira da Barragem do Cabril e por isso não tomou qualquer medida.

Relativamente à questão do Dia do Concelho, a Sra. Presidente afirmou ser o entendimento dos Vereadores do PS, contestando, no entanto, que seja aquela a leitura que se deva fazer do seu discurso e afirmando que essa não foi, de todo, a motivação a ele inerente.

Acerca da temática florestal, a Sra. Presidente esclareceu que, a breve trecho, já teremos a laborar um engenheiro florestal. Quanto ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios informou que já se encontra em fase final de ultimização, estando a reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios agendada para o dia 22 do corrente mês, após o que, se merecer aprovação, será submetido ao INCF.

Em relação ao envio da documentação dos procedimentos lançados para melhoria das vias, solicitou ao Sr. Vereador Nuno Tomás que a referida tarefa ficasse sob a sua alçada, pedindo-lhe também que interviesse no sentido de dar resposta às questões sobre as estradas.

Assim, relativamente à questão sobre a sinalização de situações de deformação em certos locais das vias alvo de intervenção, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que a empresa responsável pela obra já foi contactada, mas que ainda não conseguiram reunir para fazer a entrega final da obra, sendo então, nessa altura, fiscalizadas conjuntamente com o adjudicatário por forma à sua resolução. Também a questão das ervas será objeto de análise e encontrada uma solução.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente referiu que tem verificado em algumas estradas reparadas há bastante tempo o aparecimento das mesmas ervas, dando como exemplo a estrada da Moita, o que não invalida que se obtenha uma resposta junto da empresa contratada nesta intervenção.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que esta situação acontece nas estradas mais antigas porque *“naturalmente podem fissurar”* o que origina condições para as ervas surgirem. Alegando, no entanto, que tal situação não pode acontecer numa estrada nova, porque surgirem ervas por debaixo do betuminoso só poderá ser por dois motivos, ou não foi feito o saneamento ou não foi colocado o tout-venant.

Volvendo, o Sr. Vereador Nuno Tomás referiu que lhe foi dito que esta situação é frequente acontecer, logo a intervenção nas vias não foi mal feita nem mal saneada, e apenas terá de ser reparada.

Quanto aos critérios de escolha aplicados para a melhoria de certas vias, em detrimento de outras, o Sr. Vereador Nuno Tomás esclareceu que algumas melhorias e, atendendo ao sucedido em 2017, se destinaram a criar um sentido de circulação nas aldeias, evitando por isso estradas sem saída que, por si só, constituem um obstáculo à segurança. A título de exemplo, refere os arranjos das vias do Soeiro e Rapos. Para além disso, serviu também de critério o próprio estado de conservação das vias.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

Intervindo novamente, o Sr. Vereador António Antunes avisou, a propósito da afirmação do Sr. Vereador Nuno Tomás de que a intervenção nas vias não foi mal feita nem mal saneada, que iria enviar algumas fotografias que comprovam as situações por si alertadas.

Quanto ao critério de escolha, fazendo o parênteses que é mais que justo que todas as aldeias tenham bons acessos, referiu que existem algumas estradas que estão a ser pavimentadas e cujo *“estado de conservação era bom”*, conforme constatado não só por si e pelo Vereador Gonçalo Lopes mas também pelos próprios habitantes do lugar, citando a título de exemplo a Moita. Assim, considera que o *“estado de conservação é um critério um bocadinho ambíguo”*.

Em seguida, o Sr. Vereador António Antunes aproveitou para questionar relativamente à resposta da Sra. Presidente sobre a deslocalização do mercado municipal, se não seria mais vantajoso utilizar a oportunidade da candidatura para reformular o espaço, uma vez que, concretizando-se a deslocalização do mercado, terá de ser dada outra imagem ao espaço antigo.

A propósito da questão do mercado, a Sra. Presidente referiu que 90% dos edifícios municipais necessitam de requalificação. Quanto à finalidade a dar àquele espaço informou que a decisão ainda estava a ser ponderada.

Sobre a estrada da Moita estar em bom estado de conservação antes da pavimentação, fez notar que conversou com muitos dos seus habitantes e não foi essa a opinião que lhe transmitiram.

Ainda na senda das estradas, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclarecendo que a estrada da Moita era um exemplo porque, efetivamente, *“o piso não estava em tão más condições que precisasse urgentemente daquela intervenção”*. Alegando que não está contra aquela intervenção, antes pelo contrário, embora seja de opinião que poderiam ter intervencionado também outros locais.

A título de exemplo, referiu que foi feita a intervenção no troço entre a Rotunda da Foz e a ETAR da Retorta, tendo sido deixado de fora cerca de 500 metros, troço esse que, se tivesse sido intervencionado, faria a ligação às Vacalouras criando, assim, uma dinâmica de acessibilidade.

Outro exemplo citado pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes foi a estrada que liga a Barreira à EN 236, que poderia ter sido intervencionada e seria uma forma de encurtar distâncias com pequenos trajetos.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que os Vereadores do PS não estão a condenar o facto de ter sido colocado o betuminoso na Moita, mas sim a prioridade que foi dada, frisando que estão de acordo com todas as medidas que sejam para melhorar a qualidade das aldeias, inclusivamente porque a Moita foi uma das aldeias afetadas pelos incêndios de 2017. A propósito da Moita, referiu que tendo sido intervencionada a estrada principal não entende como não foi intervencionada o troço que vai da *“taberna”* até à estrada que vai para as Sarzedas dando, ainda, nota de pequenos ajustes que são necessários naquele lugar para o caso de não terem conhecimento dos mesmos, admitindo que ainda sejam realizados.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

Tomando a palavra, a Sra. Presidente informou que os troços referidos já estão identificados e que a intervenção na Moita ainda não está concluída, encontrando-se a ser efetuados agora os pequenos remates da junção do betuminoso com a calçada.

Seguiu-se, ainda, mais uma breve troca de impressões sobre o assunto, nomeadamente sobre o critério definido que prioriza as intervenções nas estradas do concelho.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu por encerrado este período e passou aos pontos inseridos na ordem do dia.

ORDEM DO DIA

4. SNACK-BAR “O GIL” – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAR

Presente requerimento apresentado por Pedro José Rocha da Gama Henriques, enquanto representante do estabelecimento de restauração “Snack-bar O Gil”, sito na Rua João Bebião, em Castanheira de Pera, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de música ao vivo no referido estabelecimento, no dia 28 de junho, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 02h.00.

Considerando que a data do evento não se coadunava com a realização de reunião de Câmara e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença nos moldes requeridos, propondo-se, pela presente, que nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

5. EDUCAÇÃO – AQUISIÇÃO DE CADERNOS DE ATIVIDADES PARA OS ALUNOS DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO - RATIFICAR

Presente despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal em 09/07/2019, no sentido de o Município suportar o custo dos cadernos de atividades dos alunos que frequentam o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) nas escolas do concelho de Castanheira de Pera, transferindo para o Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera o montante necessário para o efeito.

Considerando os argumentos aduzidos no aludido despacho, bem como o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a sua ratificação.

DISCUSSÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou a palavra por forma a felicitar o Executivo pela autoria da medida agora apresentada, que poderá consubstanciar um contributo ao incremento de atratividade de pessoas para o Município.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

6. GAL PINHAIS DO ZÊZERE – PACTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 2030 – DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO – RATIFICAR

Através de e-mail de 09/07/2019, veio o GAL Pinhais do Zêzere convidar o Município a assinar, até dia 11/07/2019, a declaração de subscrição do Pacto para o Desenvolvimento Local 2030, documento que incorpora o trabalho que, sob a coordenação da Federação Minha Terra, foi realizado pela Pinhais do Zêzere e pelas demais Associações de Desenvolvimento do País ao nível da recolha de contributos, nomeadamente, sobre as necessidades sentidas nos vários territórios.

O referido documento, que estrutura o modelo de intervenção no desenvolvimento local, no período 2021/2027, será entregue às entidades responsáveis pela preparação da intervenção nesse âmbito para o período em causa.

Considerando de efetiva relevância para o desenvolvimento local os argumentos e as reivindicações constantes do Pacto, nomeadamente no que respeita às vicissitudes dos territórios de baixa densidade;

Considerando que a subscrição do documento não acarreta quaisquer encargos, financeiros ou outros, para o Município, representando, tão-só, a concordância relativamente ao seu conteúdo;

Considerando que a data limite para assinatura da declaração de subscrição do mesmo não se coadunava com a realização de uma reunião de Câmara;

A Senhora Presidente procedeu à outorga da referida declaração, nos seus precisos termos, propondo-se, pela presente, que em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar tal ato.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

7. MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL – PASSEIO DE VIATURAS 4X4 “O CAMINHO MAIS LONGO” – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail remetido, em 08/07/2019, pelo Município de São Brás de Alportel, solicitando a emissão de parecer para efeitos de instrução do processo de licenciamento da atividade turística “O Caminho mais Longo – Edição Outono”, organizado pela Endless Ways, Lda., e que consiste num passeio para viaturas 4x4 que percorrerá Portugal de Norte a Sul, desde Chaves a São Brás de Alportel, atravessando também o território do concelho de Castanheira de Pera.

Mais informa aquele Município que o evento decorrerá de 7 a 10 de novembro de 2019, ao longo de várias etapas, e que a entidade organizadora já diligenciou no sentido de obter o necessário parecer por parte da Guarda Nacional



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

Republicana, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e Infraestruturas de Portugal.

Considerando o interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do Concelho, bem como para a dinamização da sua atividade socioeconómica;

Considerando o disposto no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à utilização das vias sob sua jurisdição no âmbito do referido passeio, mediante o cumprimento de todos os preceitos legais aplicáveis, nomeadamente, do prescrito no supramencionado diploma legal, com particular ênfase para as condicionantes estatuídas no seu artigo 10.º.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

8. ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS SITO NO POÇO CORGA – ACORDO DE REVOGAÇÃO E ADENDA CONTRATUAL

Presente proposta de revogação e adenda contratual, a outorgar entre o Município de Castanheira de Pera, na qualidade de Locador e Fernando José Ferreira Simão, na qualidade de locatário do estabelecimento de restauração e bebidas sito em Poço Corga, Bolo, concelho de Castanheira de Pera.

Considerando que a adenda ora presente, traduzindo o resultado consensual das conversações entre as partes, satisfaz as pretensões do Município no que se refere ao estabelecimento em causa, garantindo, nomeadamente, que o mesmo se mantenha aberto durante o período estival e que sejam efetuadas as diligências necessárias à formalização de um novo arrendamento após a referida época, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar aquele documento, nos seus precisos termos, e revogar a deliberação tomada por este órgão em reunião ordinária de 08/02/2019 sobre a matéria em causa, por assim ficar esvaziada de conteúdo.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou sobre a duração do contrato de arrendamento, tendo sido esclarecido de que teria sido antecipada a entrega do referido imóvel para o dia 15 de outubro, podendo então ser lançado novo concurso.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

9. ADXTUR – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS DE XISTO – ACORDO DE PARCERIA

Ponto retirado da ordem de trabalhos, em virtude de não ter sido possível reunir toda a documentação necessária.

10. PRAZILÂNDIA TURISMO E AMBIENTE, E.M. – CAMINHADA AO LONGO DA RIBEIRA DE PERA – PEDIDO DE COLABORAÇÃO

Presente e-mail remetido pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. em 09/07/2019, informando sobre a realização de uma caminhada ao longo da Ribeira



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

de Pera no próximo dia 20/07/2019 e solicitando a cedência de transporte para os participantes.

Considerando a mais-valia da iniciativa para a dinamização e diversificação da atividade turística do concelho, bem como para a sua promoção e divulgação, justificando uma concertação de esforços entre a requerente e o Município, a fim de garantir o sucesso da mesma;

Considerando que a requerente não dispõe de meios adequados para realizar o transporte pretendido, a que acresce o caráter gratuito e pontual da atividade;

Considerando as atribuições do Município ao nível dos tempos livres e desporto, assim como da promoção do desenvolvimento;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere conceder o transporte solicitado, dentro das suas competências e no limite dos recursos existentes e disponíveis no Município, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

11. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – PASSEIO CULTURAL DE FINAL DE NO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE

Presente e-mail do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Castanheira de Pera solicitando a cedência de transporte, com destino à zona de Aveiro, no dia 24 de julho de 2019, no âmbito de um passeio cultural de final de ano destinado ao pessoal docente e não docente ao serviço daquele Agrupamento. Considerando que a iniciativa em causa é promotora do são convívio e do espírito de equipa, que se revelam indispensáveis à melhoria do desempenho profissional, fomentando o bom relacionamento interpessoal e a noção de grupo e de entreajuda entre os seus elementos, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando o requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

12. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 10 de julho de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 1.846.800,79 € (um milhão oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos euros e setenta e nove cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 1.783.247,21 € (um milhão setecentos e oitenta e três mil duzentos e quarenta e sete euros e vinte e um cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 63.553,58 € (sessenta e três mil quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 1.856.944,09 € (um milhão oitocentos e cinquenta e seis mil novecentos e quarenta e quatro euros e nove cêntimos), valor que inclui o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta centavos) em documentos.

Tomado conhecimento.

13. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 27/06/2019 e 10/07/2019, registados sob os números 822 a 842, 878 a 972, 974 a 978 e 980 a 999, no valor total de 294.274,86 € (duzentos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e quatro euros e oitenta e seis centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

14. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 02/07/2019, autorizando a 13.ª Alteração, às Grandes Opções do Plano, no valor de 300,00 € (trezentos euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou um esclarecimento sobre os custos inerentes às Festas do Concelho, uma vez que pelo mapa apresentado não consegue perceber o valor final, não entendendo o valor de dezoito mil euros constante do documento.

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que aquele montante, pago a título de “aquisição de serviço de artistas”, se encontra cabimentado naquela rubrica referente às Festas do Concelho, pelo que o valor gasto se aproximará dos vinte e sete mil e trezentos euros constante do documento em causa.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

15. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 02/07/2019, autorizando, a 14.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 1.300,00 € (mil e trezentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

16. PEDIDO DE PARECER PARA CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE

Presente pedido de emissão de certidão formulado por Clara Maria Pereira dos Santos Rodrigues, Notária do Cartório Notarial de Salvaterra de Magos, onde conste que foi proferido parecer favorável sobre a constituição da ampliação do número de compartes, para a outorga de escritura de compra e venda, em que são compradoras Maria Luísa Dias Correia Fernandes Diniz e Guiomar Dias Correia Fernandes Boléo-Tomé, sobre os seguintes prédios:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

- Prédio I), prédio misto, constituído por uma parte rústica inscrita na respetiva matriz predial da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, sob os artigos 20257 e 15439 e uma parte urbana inscrita na matriz sob os artigos 1929 e 42, descrito na Conservatória do Registo Predial de Castanheira de Pera, sob o número oitenta e três;
- Prédio II), inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, sob o artigo 20239 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Castanheira de Pera;
- Prédio III), inscrito na matriz predial rústica da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, sob o artigo 20240 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castanheira de Pera sob o número treze mil novecentos e vinte;

Presente também esclarecimentos posteriormente prestados pela requerente e entregas adicionais de documentos, bem como informação do Fiscal Municipal e parecer da Chefe da Divisão de Administração Autárquica.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos do parecer emitido pela Chefe da Divisão de Administração Autárquica, a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- 1 - Relativamente ao prédio I), atendendo a que a efetivação da escritura de compra e venda no circunstancialismo apontado naquele parecer, não resultará na constituição de compropriedade sobre os prédios em questão, nem tão pouco no aumento do número de compartes, pelo contrário, comportará, isso sim, a diminuição dos compartes (conforme é referido pela requerente), a Câmara Municipal decide que a situação estaria excluída de parecer camarário, tendo em atenção os pressupostos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na sua atual redação.

No entanto, e ainda assim, por mera cautela, emite parecer favorável à celebração do negócio jurídico projetado, por não se verificarem as circunstâncias previstas no n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto no ponto 3 desta deliberação, ficando, a final, após a outorga da escritura projetada e os registos de atos jurídicos anteriores, Maria Luísa Dias Correia Fernandes Diniz e Guiomar Dias Correia Fernandes Boléo-Tomé, proprietárias do mesmo na proporção de ½ para cada uma.

- 2 - Quanto aos prédios II) e III), pese embora o facto de que a efetivação da escritura de compra e venda sobre os aludidos prédios rústicos resultará na constituição de compropriedade sobre os mesmos e não se encontrando também cumprido o requisito da unidade mínima de cultura, decide-se atender às seguintes circunstâncias:
 - i. Trata-se de prédios rústicos inseridos no perímetro urbano de Castanheira de Pera, em espaço urbano de baixa densidade conforme é referido na Informação/Análise Técnica do Fiscal Municipal;
 - ii. A pretensão posterior à escritura de compra e venda é a anexação jurídica dos prédios em causa.

Emitindo a Câmara Municipal parecer favorável à celebração do negócio projetado, por que não se registar nenhuma das circunstâncias referidas no n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 91/95 de 02 de setembro na sua redação atual, sem



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

prejuízo do disposto no ponto 3- desta deliberação, ficando, a final, após a outorga da escritura projetada e os registos de atos jurídicos anteriores, Maria Luísa Dias Correia Fernandes Diniz e Guiomar Dias Correia Fernandes Boléo-Tomé, proprietárias dos mesmos na proporção de 1/2 para cada uma.

- 3 - Nestes termos considerando, por um lado, o facto de os prédios rústicos em questão se inserirem num espaço urbano de baixa densidade e, por outro lado, o facto de se pretender fazer a anexação jurídica dos mesmos, a Câmara Municipal decide emitir parecer favorável à pretensão formulada, condicionado à concretização da anunciada anexação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

17. CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO EM DIVERSAS VIAS

Presentes editais referentes ao condicionamento de trânsito na EM 512 (Moita) e no CM 1157 (Moita – Sarzedas de S. Pedro).

Propõe-se que, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão no sentido do condicionamento ao trânsito nas referidas vias, nos termos dos editais supra indicados.

Mais se propõe que, no âmbito da realização da Feira de Ano 2019, a Câmara Municipal delibere o encerramento ao trânsito do troço das Avenidas Verdes habitualmente utilizado para o efeito, nos termos do parecer proferido pelo serviço de fiscalização do Município, em 10/07/2019, sem prejuízo do parecer a emitir pela GNR.

Por último, propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido apresentado pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral para encerramento ao trânsito de um troço da Avenida de São Domingos, para efeitos de realização das “Festas da Feira d’Ano 2019”, a promover por aquela entidade, nos dias 20, 21 e 22 de julho corrente, conforme parecer proferido pelo serviço de fiscalização do Município, em 10/07/2019, igualmente, sem prejuízo do parecer a emitir pela GNR.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

18. EMPREITADA DE “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA) / INCÊNDIOS 2017”

Presentes as peças procedimentais referentes à empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) / Incêndios 2017”, nomeadamente, projeto, programa de concurso e caderno de encargos.

Considerando que se verificou a necessidade de proceder a alterações nas peças do procedimento da empreitada em apreço, que foram presentes à Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 11/01/2019, na qual foi ratificado o despacho proferido pela Senhora Presidente em 28/12/2018, autorizando a despesa e a abertura do respetivo procedimento de concurso público e aprovando as respetivas peças, propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

- a) Revogar/alterar a deliberação tomada em reunião ordinária de 11/01/2019, quanto à empreitada em apreço, em conformidade com as alterações ora introduzidas;
- b) Aprovar as peças procedimentais da empreitada supra indicada (projeto, programa de concurso e caderno de encargos);
- c) Atendendo ao estipulado nos artigos 36.º e 38.º, conjugados com a alínea b) do artigo 19.º, ambos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, adiante designado por CCP, autorizar a abertura do procedimento de concurso público para execução da empreitada suprarreferida, com o valor base de 680.000,00 € (seiscentos e oitenta mil euros), acrescido de IVA, nos termos e condições constantes da Informação de Abertura em anexo, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante;
- d) Designar, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o respetivo júri do procedimento com a seguinte composição:
 - i. Presidente - Élia Milene Andrade Prata;
 - ii. Vogal Efetivo – João Pedro Farinha Pegado;
 - iii. Vogal Efetivo – Paula Maria Teixeira dos Santos;
 - iv. Vogal Suplente – Vitor Manuel Henriques Silva;
 - v. Vogal Suplente - Pedro Jorge Coelho Henriques Veras.
- e) Designar Rui Manuel Almeida e Silva, técnico superior do mapa de pessoal deste Município, como Gestor do Contrato

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

19. EMPREITADA “MEDIDAS EMERGENTES NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS DE 17 A 24 DE JUNHO DE 2017 – 2ª FASE” – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO

Para cumprimento do estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua última redação, propõe-se a apreciação pela Câmara Municipal, enquanto órgão competente para autorizar a despesa, do Relatório Final do processo “Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – 2.ª fase”.

Mais se propõe que, com base no referido relatório, cuja cópia se anexa à presente deliberação, fazendo da mesma parte integrante para todos os devidos efeitos, e para cumprimento estabelecido no n.º 1 do artigo 73.º do CCP, a Câmara Municipal delibere adjudicar a empreitada em causa (Medidas Emergentes nas Áreas de Intervenção Prioritárias de proteção dos recursos hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – 2.ª fase) à empresa Floresta Bem Cuidada, Lda., pelo valor de 161.886,85 € (cento e sessenta e um mil oitocentos e oitenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA, nos termos e condições da proposta por esta apresentada.

Nos termos do disposto no artigo 98.º do CCP, propõe-se também a aprovação pela Câmara Municipal da minuta do contrato a celebrar com o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 13/2019

Reunião Ordinária de 12 de julho de 2019

adjudicatário, que deverá ser notificada ao mesmo para cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 100.º do CCP.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

20. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e quarenta e seis minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____